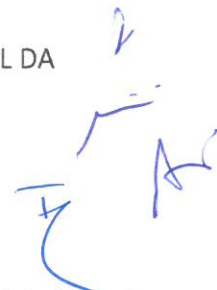




ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA  
CIM DO ALTO MINHO DO ANO DE 2023



--- Aos vinte e três dias do mês de junho de dois mil e vinte e três, no Auditório Municipal da Casa de Santo António do Buraquinho, sito na Travessa de Santo António do Buraquinho, em Ponte da Barca, pelas dezoito horas e quinze minutos, reuniu a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho, adiante designada de CIM do Alto Minho. -----

--- Estavam presentes os Presidentes de Câmara que compõem o Conselho Intermunicipal da CIM do Alto Minho, designadamente: da Câmara Municipal de Caminha, Rui Miguel Rio Tinto Lages; da Câmara Municipal de Melgaço, Manoel Baptista Calçada Pombal; da Câmara Municipal de Ponte da Barca, Augusto Manuel dos Reis Marinho; da Câmara Municipal de Ponte de Lima, Vasco Nuno Magalhães Velho de Almeida Ferraz e da Câmara de Viana do Castelo, Joaquim Luís Nobre Pereira. Não estiveram presentes os Presidentes de Câmara de: Arcos de Valdevez, Monção, Paredes de Coura, Valença e Vila Nova de Cerveira que comunicaram antecipadamente a sua impossibilidade em estarem presentes, por compromissos profissionais anteriormente assumidos. -----

--- Presidiu a reunião, Alberto Vilas, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, iniciando a sessão com a apresentação de cumprimentos a todos os presentes, Presidente da CIM do Alto Minho; Primeiro Secretário do SEI; Presidentes de Câmara, membros da Assembleia Intermunicipal, chefias da CIM e equipa de apoio da CIM do Alto Minho. -----

--- Confirmando a existência de Quórum, dá início à sessão extraordinária solicitada, por ofício do Presidente do Conselho Intermunicipal, dirigido ao Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, no dia 07 de junho do corrente ano, seguindo os trâmites de acordo com o art.º 30.º do Regimento da Assembleia Intermunicipal em vigor. **(Doc. 8/2023)** -----

Apresentando a Ordem de Trabalhos, anteriormente enviada nos termos habituais: -----

**PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

1. Apreciação e Votação do Relatório de Gestão e Contas Consolidadas referente ao ano de 2022; -----



2. 2ª Revisão do Orçamento de 2023; -----  
3. Plano de Desenvolvimento Social do Alto Minho e Carta Social Intermunicipal. -----

Mais informa, sendo do conhecimento geral, o facto de ser uma sessão extraordinária, não tem Período de Antes da Ordem do Dia. Inicia com a informação, de dois assuntos aprovados na última reunião, realizada em de 21 de abril passado, nomeadamente: i) a aprovação de três votos de pesar, informando que foram enviados os votos de pesar às respetivas famílias conforme aprovado; ii) foi redigida uma Moção conjunta, elaborada pelos Grupos Municipais do PS e da CDU, sobre o “25 de Abril e 1º de Maio”, tendo sido dado conhecimento, da nova versão, a todos os membros da Assembleia Intermunicipal e posteriormente enviada às entidades indicadas na mesma. -----

Comunica as substituições efetuadas: José Adriano Monteiro Alves do PS de Monção, tendo justificado a sua falta foi substituído por Paulo Jorge Moreira Esteves (que não esteve presente); José Augusto de Brito Pacheco do PS de Paredes de Coura, tendo justificado a sua impossibilidade em estar presente, substituído por Filipe Alexandre Barbosa Ferreira (que não esteve presente); Luís Manuel de Miranda Palma do PS de Viana do Castelo, tendo justificado a sua falta, foi substituído por Maria Manuela Passos Silva (que não esteve presente); Joaquim do Nascimento Gomes Barroso do PS de Vila Nova de Cerveira comunicou a sua impossibilidade em estar presente, sendo substituído por Renato Heitor Correia Domingues; José Carlos do Lago Gonçalves do PSD de Arcos de Valdevez, justificou a sua impossibilidade em estar presente, sendo substituído por Elizabeth Morais Caldas Fernandes; Orlando Vasco da Cunha Oliveira do PS de Valença, substituído por Filipe Fernandes Taveira. -----

Comunicaram a sua impossibilidade em estarem presentes: Vitor Manuel Morais de Sousa, do PS de Arcos de Valdevez; Michael da Costa Sousa, do PSD de Ponte da Barca; Marília Florência de Sousa Nunes, do PSD de Viana do Castelo e João Evangelista da Rocha Brito Mimoso de Morais do CDS de Ponte de Lima, Pedro João Mendes de Sousa e Silva do PSD, de Melgaço. Comunicaram, a impossibilidade em estarem presentes, no próprio dia, por motivos de última hora: José Carlos Coelho Resende da Silva, do PS de Viana do Castelo e Maria Emília e Sousa Cerqueira, do PSD de Arcos de Valdevez. -----

Não estiveram presentes, Dora Marisa Alves Guterres, do PS de Valença; Manuel Pedro Cerqueira Soares, do “Pensar Cerveira” Pence, de Vila Nova de Cerveira. -----



Confirmam-se as presenças dos membros da Assembleia Intermunicipal, de acordo com as listas de presenças anexas à presente ata. (Doc. 9/2023) -----

Após estas informações, agradece ao Presidente da Câmara Municipal de Ponte da Barca, Augusto Marinho, o acolhimento para a realização desta reunião, elogiando a recuperação do espaço, cedendo-lhe a palavra. -----

Augusto Marinho – Cumprimenta todos os presentes, dirigindo-se ao Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, manifestando a honra em receber este órgão da CIM do Alto Minho, cumprimentando também a respetiva Mesa, o Presidente da CIM, colegas Presidentes de Câmara, membros que compõem a Assembleia, dando as boas-vindas por estarem presente no território de Ponte da Barca. Partilha ser um dia e noite especial, noite de S. João convidando todos a participarem na festa que decorre e deseja uma boa sessão de trabalho. Agradece. -----

O Presidente da Mesa, agradece a intervenção e o convite efetuado. Passa ao primeiro ponto da Ordem de Trabalhos: 1. Apreciação e Votação do Relatório de Gestão e Contas Consolidadas referente ao ano de 2022, cede a palavra ao Presidente da CIM, Manoel Batista. -----

Manoel Batista – Começa por apresentar os seus cumprimentos a todos os membros presentes, na pessoa do Presidente da Mesa da AI, aos colegas e à equipa da CIM do Alto Minho presente. Sobre o ponto nº 1 da Ordem de Trabalhos refere, ser por imposição legal, o período do ano, para a apresentação dos documentos de Prestação de Contas Consolidadas relativos ao exercício de 2022, elaborados nos termos do artº. 75º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas, estando os mesmos aprovados, em Conselho Intermunicipal sendo agora submetidos a provação nesta sessão, para dar seguimento ao processo, com o envio ao Tribunal de Contas. Na consolidação de contas, de acordo com o aprovado na sessão anterior, em 21 de abril do corrente ano, agora com as contas da participada MinhoCOM. Informa que a empresa Intermunicipal, apresentou resultados positivos, sendo também o resultado da consolidação positivo. Disponibiliza-se e relembra a disponibilidade do Primeiro Secretário do SEI, para algum esclarecimento adicional. (Doc. 10/2023) -----

- O Presidente da Mesa agradece a intervenção e questiona a Assembleia sobre a intenção de apresentação de alguma dúvida ou pedido de esclarecimentos sobre o assunto apresentado. Não se verificando inscrições, passa de imediato à votação do documento: 1. Apreciação e Votação do Relatório de Gestão e Contas Consolidadas referente ao ano de 2022, num universo de 25 membros



que votaram, obteve-se o seguinte resultado: 25 votos a favor, 0 abstenções e 0 votos contra, aprovado por unanimidade dos presentes. -----

O Presidente da Mesa passa ao segundo ponto da Ordem do Dia: 2ª Revisão do Orçamento de 2023, convidando o Presidente do Conselho Intermunicipal a uma breve explicação do documento apresentado. -----

Manoel Batista – Começa por dizer, que passará a palavra ao Primeiro Secretário do SEI, Bruno Caldas para apresentação, do ponto da Ordem de Trabalhos, respeitante à segunda Revisão do Orçamento de 2023. -----

O Presidente da Mesa solicita aos colegas, uma reorganização no espaço, para uma melhor visibilidade da apresentação a ser efetuada pelo Primeiro Secretário do SEI, Bruno Caldas. -----

Bruno Caldas – Começa por agradecer e cumprimentar todos os presentes, Presidente da Mesa da AI e colegas, membros da Assembleia Intermunicipal, Presidentes de Câmara e demais presentes. Começa por esclarecer que as duas alterações resultam, da necessidade de efetuar um ajustamento, pela implementação de uma medida, apresentada e aprovada, pelo Conselho Intermunicipal, sobre apoio à redução tarifária na CP, uma vez que a CIM do Alto Minho gere em parceria com os municípios, verbas de apoio à redução tarifária, e conseguindo junto da CP, ter acesso à estatística da utilização da linha do Minho, foi entendido fazer uma proposta de redução, no passe mensal geral, na ordem de 15 euros e no passe escolar, na ordem dos 10 euros, sendo valores substanciais. Com financiamento por parte do PART (Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes) de 2023, o valor previsto desta medida é de cerca de 38 mil euros, tendo a CIM, cerca de 31 mil euros de financiamento, daí a proposta apresentada. A segunda proposta, tem a ver com a implementação de uma candidatura financiada, no âmbito do POSEUR (Programa de Apoio à Sustentabilidade e aos Recursos Ambientais), em fase de conclusão, sendo que o ciclo de programação termina em setembro do corrente ano, e no que se refere à problemática da vespa velutina, é preocupante no território. Em colaboração com a APIMIL (Associação Apícola do Minho) poder-se-á promover uma alteração ao projeto, para inclusão de uma componente, para a aquisição de armadilhas “inteligentes”(com tecnologia avançada) para se poder efetuar uma monitorização da progressão desta espécie invasora, o que obriga a um ajustamento do orçamento. Contudo o financiamento é de 85%, na candidatura. É previsto que estas duas componentes sejam operacionalizadas, de imediato, durante o mês de julho e até ao fim do ano. São estes dois aspetos que têm implicações



Handwritten notes in blue ink, including the letters 'AP' and a large 'E'.

nas alterações solicitadas, aprovadas em Conselho Intermunicipal e agora aqui apresentada para aprovação, pela Assembleia Intermunicipal. Agradece. (Doc. 11/2023) -----

-O Presidente da Mesa agradece os esclarecimentos apresentados, abrindo o período de inscrições para este ponto da Ordem de Trabalhos. Não se registando intenções de participação, passa à votação deste ponto 2. 2ª Revisão do Orçamento de 2023: num universo de 25 membros que votaram, obteve-se o seguinte resultado: 25 votos a favor, 0 abstenções e 0 votos contra, aprovado por unanimidade dos presentes. O Presidente da Mesa passa ao terceiro e último ponto da Ordem de Trabalhos: 3. **Plano de Desenvolvimento Social do Alto Minho e Carta Social Intermunicipal**, convidando o Presidente do Conselho Intermunicipal à apresentação do mesmo. -----

Manoel Batista – Informa estarem os municípios e a Comunidade Intermunicipal do Alto Minho, empenhados, em elaborarem os respetivos documentos estruturantes na área social. No caso da CIM do Alto Minho, têm-se estado a trabalhar na estruturação do Plano de Desenvolvimento Social do Alto Minho, transversal aos dez municípios, e respetiva Carta Social Intermunicipal. Trabalho bem estruturado, que será apresentado pelo Primeiro Secretário, Bruno Caldas, para posterior votação e porventura aprovar, para a partir daí se poder dar início ao trabalho proposto. Agradece e passa a palavra ao Primeiro Secretário do SEI. -----

Bruno Caldas – Agradece e começa por dar conhecimento, ser uma temática muito abordada e trabalhada, também pelos municípios e pelas diversas equipas da área social, de entidades públicas ou privadas, referindo que de uma forma resumida, apresentará o processo metodológico e os principais resultados, confirmando ser um trabalho extenso, que apresenta maior dificuldade de sintetização. Mas será apresentado, desde o seu início, evolução e ponto atual, como proposta, referindo-se ao Plano de Desenvolvimento Social do Alto Minho e a Carta Social Intermunicipal. Começa por referir a importância da temática, como referido pelo Presidente da CIM, sendo uma das competências das Comunidades e Entidades Intermunicipais. No contexto de descentralização de competências, participar no planeamento da rede e das respostas dos equipamentos sociais, ao nível supraconcelhio, assim, com essa participação está a ser preparado um instrumento de planeamento, para as prioridades e respostas sociais, ao nível intermunicipal articulado com as Cartas Municipais Sociais. Começa por referir, que o processo teve três fases metodológicas, de acordo com o que vai sendo apresentado em *powerpoint*; uma primeira fase relacionada com um diagnóstico social intermunicipal, baseado num conjunto de momentos participativos, através de inquéritos e



R  
M  
H  
F

diagnósticos com recolha de informação, para definir o contexto de partida, para a construção do Plano Estratégico, tendo sido possível organizar diversos momentos, que permitiram fazer uma identificação preliminar, daquilo que serão os eixos temáticos e objetivos estratégicos, a considerar na segunda fase. A segunda fase, relaciona-se com a elaboração, estruturação do Plano e implicou um conjunto de sessões de trabalho, *workshops* temáticos, sessões participativas que levaram ao aprofundamento das problemáticas e à preparação do Plano. Nesta fase, foi elaborado, em paralelo, com o Diagnóstico e Plano, que resulta no documento que é a Carta Social Intermunicipal. A Carta pretende resumir e refletir, quer a realidade, quer as prioridades nesta área nos outros territórios. Uma vez que os três documentos produzidos são extensos, foi percecionada a densidade e assim enviados para conhecimento de todos: o Diagnóstico, o Plano de Desenvolvimento Social e a Carta Social Intermunicipal. Para sintetizar alguma informação, foi feita uma análise *SWOT*, onde se pode percecionar o que são problemas, necessidades, oportunidades e fortalezas, sendo que a apresentação a decorrer, será posteriormente enviada, ajudando a percecionar que as mesmas foram sistematizadas, tendo sido identificadas as necessidades e oportunidades que ajudaram, na elaboração da visão para o Alto Minho, nesta temática. Estes instrumentos ajudaram a ter uma visão, que passou por trabalhar o território na sua dimensão inclusiva, na equidade, na partilha, na integração e na valorização de toda a comunidade. Ajudará a alcançar o pretendido, uma sociedade mais justa, mais equitativa e integradora. Referindo que no dia desta sessão, trabalharam nas áreas, da educação e do social. Salienta um gráfico, que representa a participação dos municípios, no processo, mapas "mentais" das problemáticas mais abordadas, destacando-se o envelhecimento da população, a saúde mental e outros temas não de menor importância. Concluiu-se, ter sido um processo muito participado, tendo permitido validar em diversos momentos, todos os documentos produzidos. Apresenta os oito eixos prioritários: 1) Governação, Capacitação e Organização da Rede Social Supramunicipal; 2) Emprego, Formação Profissional e Educação; 3) Pobreza, Privação Material Exclusão Social; 4) Habitação, Acessibilidade e Acesso aos Serviços; 5) Infância e Juventude; 6) Envelhecimento ativo; 7) Saúde, Deficiência, Dependência e Saúde Mental; 8) Segurança, Violência Doméstica e Igualdade de Género. Foi definido, para cada um dos eixos prioritários, o que seria racional em termos de intervenção, tendo-se criado uma estruturação através de um conjunto de fichas de intervenção, para cada um dos domínios. Para melhor perceção, informa que dentro de cada domínio surgem diversos objetivos estratégicos, estando descrito cada uma das intervenções



que se pretende fazer, dentro do Plano em referência. Disponibiliza-se para esclarecimentos caso exista alguma dúvida, não sendo possível, detalhar individualmente cada um dos domínios. Foram analisadas e feita uma priorização das medidas, identificadas como estruturantes, do Plano sendo possível analisar as dezoito medidas, desde a Plataforma Supraconcelhia, à Programação Intermunicipal e Formação na Área Social, na Criação de Equipas Multidisciplinares, Criação de Soluções de Alojamento Urgente, no âmbito das respostas sociais à primeira infância, a qualificação de outro tipo de respostas sociais. Explanando assim, o diagnóstico com o que são prioridades estruturantes e complementares, tentando fazer uma relação do que é importante desenvolver. Dá uma pequena nota, para a Inovação Social, sendo uma temática, que poderá ser alvo de financiamento no próximo período de programação e, de alguma forma, incorporar também, essa componente, porque existe uma estrutura de missão a nível nacional, que é o “Portugal Inovação Social”, que complementou a elaboração do trabalho apresentado. Para mostrar a ligação do Plano de Ação Social com a Carta Social Intermunicipal, foi elaborado o mapeamento de todas as respostas sociais do território, todos os equipamentos e para além deste mapeamento por localização geográfica, fez-se também, a classificação por número de projetos associados, número de vagas e novas vagas a serem trabalhadas, tentando incorporar tudo na Carta Social Intermunicipal. Em termos legais, é da competência da Entidade Intermunicipal aprovar a Carta Social Intermunicipal, em Conselho Intermunicipal e posteriormente em Assembleia Intermunicipal, sendo a vigência deste documento de quatro anos, decorrendo da legislação específica, o período de duração da mesma. Ainda assim, sempre que seja necessário, sendo um documento de planeamento estratégico, que se pretende, cada vez seja mais ágil, não ficará “cristalizado” a esta Carta Social Intermunicipal, sendo que, sempre que seja entendido necessário, é possível fazer uma atualização ou uma revisão, quer por intenção da Comunidade Intermunicipal quer seja, por todos os elementos que pertencem à rede e à plataforma supraconcelhia. É um documento, que se espera não fique cristalizado e apenas aprovado, mas um documento de trabalho, que possa ser atualizado, revisto ou até melhorado, sendo previsível que aconteça. Em termos de eixos de intervenção são identificadas também medidas relacionadas com algumas soluções, com respostas sociais, podendo ser visualizado na apresentação que decorre, a primeira infância, vítimas de violência doméstica, população idosa, saúde mental, cuidados paliativos, pessoas com deficiências e respetivas famílias, sendo um conjunto de medidas que se destacam e se colocam como prioritárias, sendo este mapeamento importante para estarem



Tir  
H  
+

alinhados com o que pode ser, os Ciclos de Reprogramação quer do PT2030 quer do PRR. Em conclusão, a Carta Social Intermunicipal, foi dividida em vários grupos alvo, podendo serem vistas algumas das conclusões associadas, quer na questão da infância, da juventude, da população adulta, da família e da comunidade. São um conjunto de conclusões importantes, apresentadas neste documento, densamente trabalhadas pelos técnicos, existindo ainda questões a trabalhar para cumprir, aquilo que são, as conclusões conhecidas e dar sequência às propostas colocadas nesta Carta. Refere que em termos globais, foi um trabalho desenvolvido mais em termos da Carta, do Plano de Ação e documentos apensos. Referindo o vídeo inicialmente apresentado nesta sessão, sobre o trabalho desenvolvido no âmbito do School4ALL, um projeto relacionado com a educação, demonstrando o que se pretende na área social, com a implementação de uma metodologia análoga, em termos de trabalho intermunicipal. No caso dos Planos Intermunicipais de Promoção do Sucesso Escolar (PIPSE), no próximo Quadro Comunitário, trabalha-se na lógica, da CIM enquanto entidade coordenadora, trabalhando com os municípios, definindo ações, à escala local, intermunicipal e regional, tendo sido um trabalho bem sucedido. No caso, da temática da ação social, é intenção do PO Regional desenvolver uma metodologia semelhante, assim, será construído um projeto, alinhado com a metodologia do sucesso escolar, sendo que o documento resumidamente apresentado, é base para a construção do projeto, julgando o trabalho elaborado estar pronto, para continuidade no terreno e sua materialização. Muitas das intervenções propostas, sendo várias delas intangíveis por serem projetos imateriais, existirão outras componentes, relacionadas com a qualificação e a melhoria das propostas sociais, nas vertentes apresentadas no território. De uma forma geral foi apresentado o pretendido, não estendendo muito no tempo, a descrição mais integral dos documentos, apresentando as metodologias e resultados sem entrar em grandes detalhes. Termina a apresentação agradecendo. (Doc. 12/2023) -----

O Presidente da Mesa agradece a intervenção e questiona a Assembleia, sobre a apresentação de alguma dúvida ou pedido de esclarecimento do assunto apresentado. Há duas inscrições, Celestino Ribeiro e Elisa Ruivo. O Presidente cede a palavra ao membro Celestino Ribeiro. -----

Celestino Ribeiro – Cumprimenta na pessoa do Presidente da Mesa todos presentes e os membros da Assembleia Intermunicipal. Inicia a sua intervenção com um reconhecimento do trabalho elaborado, partindo de um diagnóstico, para elaboração de um Plano de Desenvolvimento Social e posteriormente uma Carta Social, sendo conhecidos os procedimentos que dizem respeito aos





domínios municipais, até já com alguma tradição em fazê-los, reconhece serem sempre processos morosos, metódicos, processos que por vezes até se tornam enfadonhos. Mas, que levam a resultados essenciais, para muitas das medidas políticas que se vêm desenvolvendo ao longo do tempo no território do Alto Minho. Salienta a maior abrangência e amplitude, referindo-se ao território intermunicipal, reconhecendo ser um trabalho difícil, que não parte só, como foi referido pelo Primeiro Secretário, de ouvir pessoas, mas também de recolha e cruzamento de muita informação e documentos, reconhecendo mais uma vez, o trabalho elaborado por todos os que nele estiveram envolvidos. Como segunda nota, refere que o Plano de Desenvolvimento Social do Alto Minho e a Carta Social Intermunicipal, enquanto documentos bastante estruturantes, acabam por determinar muitas das decisões e em muitos outros projetos, em que todos se envolvem, acabam por serem propostos a aprovar e candidatar, tendo sempre por base, documentos de referência. Salienta ainda outro aspeto relevante, que é trazer para a Ordem do Dia, os números que muitas vezes, se assumem como empíricos, mas aparecem factuais. Dando ênfase a este ponto, para que fique claro, o conhecimento que estes documentos apresentam, da realidade deste território, do país e de certa forma, também, em muitas das regiões do mundo. Quanto a população envelhecida, como confirmam os dados apresentados, entende ser um ponto de reflexão, pela razão dos dados apresentados nos documentos serem do INE (Instituto Nacional de Estatística), sendo dados concretos e fundamentados, que confirmam a realidade, dados que se cruzam com o conhecimento metodológico de entidades oficiais, prevendo-se o contínuo aumento da população idosa, também neste território, que se estimam pelos dados apresentados e assim continuando até 2060, é assunto a que a todos deve preocupar. As respostas apresentadas, nestes documentos e considerando o que foi dito e bem, apresentado como um documento mutável, podendo ser aperfeiçoado a todo o momento, sendo que este documento aponta, para cerca de 130 projetos, dos quais 30 novos projetos, onde referem ampliações ou requalificações, se se pensar nas 2 343 novas vagas, que estes documentos apresentam, 1 721 são para a população idosa. É mais uma confirmação, por um lado, do cenário que se está a viver, por outro lado, do reconhecimento, também, em que maior parte dos projetos apresentados, resultam de ampliações e requalificações. Felizmente, este território já se vinha preparando para esta realidade a alguns anos. Deixa nota, ser extremamente importante e que seja reconhecido pelos números, também pela forma, como se espalham neste território. Das vagas citadas, salienta, apontando o exemplo de Arcos de Valdevez, que das 120 vagas 113 destinadas à

*Handwritten notes in blue ink:*  
N  
A  
E



população idosa, refere também Caminha com 226 vagas sendo 196 destinadas aos idosos e sucessivamente os dados apresentados para todos os municípios, referindo Ponte de Lima com 500 vagas novas, sendo 340 destinadas à população idosa. Reforça ser um marco que a todos faz pensar, que no futuro, a população idosa será uma parte muito significativa do total da população, que nos obriga a pensar em medidas, a serem consideradas, tendo em boa hora, sido referido na apresentação feita pelo Primeiro Secretário da CIM, mas no que respeita ao texto de intervenção, no que se refere à criação e requalificação de serviços e equipamentos, das 18 medidas apresentadas, sete são objetivamente destinadas a esta parte da população. Conclui, que apenas refletiu sobre os dados que estão nos documentos apresentados, que entende, por todos devem ser vistos e revistos, salientando também que o documento é de novembro de 2022 e será aprovado nesta data, sendo como referido, a sua vigência de quatro anos, não determinando, o facto de poder ser feita uma revisão antes do término do período referido. Questiona sobre a data em que começa a contar o período de vigência, se a data de aprovação na Assembleia Intermunicipal, data que está no documento novembro de 2022 ou da aprovação feita pelo Conselho Intermunicipal. Agradece e manifesta que serão favoravelmente votados os documentos apresentados. -----

O Presidente da Mesa agradece a intervenção e cede a palavra à membro Elisa Ruivo. -----

Elisa Ruivo – Apresenta em nome do Presidente da Mesa, os cumprimentos a todos os presentes. Começa por referir o art.º 32.º da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, que como referido na apresentação feita pelo Primeiro Secretário, Bruno Caldas, estabelece o quadro das transferências de competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais, referindo que podem participar na organização dos recursos e no planeamento das respostas e equipamentos sociais ao nível supraconcelhio, podendo também, elaborar cartas sociais supramunicipais para identificação de prioridades e respostas sociais a nível intermunicipal. Continuando a leitura integral do documento, que entrega à Mesa e se anexa, à presente ata. (Doc. 13/2023) -----

O Presidente da Mesa agradece a intervenção. Questiona sobre pretensões de novas inscrições, não existindo, cede a palavra ao Presidente da CIM, lembrando a questão anteriormente apresentada.-

Manoel Batista – Refere que fará alusão à matéria da questão apresentada no contexto desta sua intervenção, começando por explicar, que se está numa segunda vaga, ao falar de documentos desta natureza, referindo-se à elaboração do Plano de Desenvolvimento Social e à Carta Social Intermunicipal. Lembra que a CIM do Alto Minho, teve a oportunidade de num projeto, que se



intitulou “Alto Minho + Inclusivo”, em 2014/2015, começar a construir estes mesmos documentos, sendo que na altura, a equipa do projeto, teve também a oportunidade de colaborar com cada um dos municípios, na elaboração dos próprios documentos: Diagnóstico, Plano e Carta Social. Mais refere as preocupações da CIM, em relação a esta matéria, sabendo que com a transferência de competências, nesta área, para a CIM do Alto Minho, é fundamental, reforçar a equipa de trabalho, tendo mesmo acontecido recentemente, para aumentar a capacidade de trabalho na área social. Referindo-se aos dois documentos, apresentados nesta sessão, para aprovação, salienta terem sido elaborados com pensamentos estratégicos, sobre todo o território do Alto Minho, sendo que a CIM, não poderá nunca ousar pensar, que será ela própria a ter uma grande intervenção do ponto de vista social e capacidade de criar respostas nesta matéria, nos vários pontos do território. Tem, com estes documentos, a função, obrigação ou a missão de perceber, o estado da situação social e também o estado relativo à quantidade de respostas sociais existentes e perceber, exatamente, quais são as exigências, as necessidades, a realidade territorial, do ponto de vista social, para posteriormente, de forma articulada, continuar a presidir a Plataforma Supraconcelhia e poder articular, com todos os atores locais e/ou regionais, que deverá ser um trabalho conjugado, na área social. Como já foi dado nota, nesta sessão, aquando da abordagem da área social, é muito focada a resposta à terceira idade, fundamentadamente, como muito importante neste território, com um grau de envelhecimento muito elevado, tendo o documento, refletido essa preocupação. Cada um dos atores e a própria CIM, têm que ter a preocupação de perceber, todo o conjunto de outras realidades, que também foram sendo focadas. Entende que a resposta à população envelhecida é fundamental, com maior sensibilidade, por parte das organizações. Sendo respostas que mais rapidamente são colocadas no terreno e que em número, são relevantes no território, em cada um dos municípios. Salienta que também, tem que existir preocupação, para outras matérias, nomeadamente a infância, como matéria clássica, que vai exigindo das organizações respostas. Foi também abordada a questão das dependências, não duvidando, da necessidade de alertar, eventualmente no âmbito da Plataforma Supraconcelhia, os vários atores com maior responsabilidade e aqueles que estão ligados a esta matéria, referindo o município de Melgaço, onde se está a verificar uma nova vaga de dependências, estendendo-se esta situação, a todo este território. À semelhança do que aconteceu nos anos 80 e 90, em que se conseguiu minimizar, com trabalhos de campo e intervenções de equipas de rua, com o acompanhamento efetuado pelas mesmas, relativo ao consumo e ajuda às pessoas dependentes,

N  
A  
E



2  
M  
A  
E

direcionando para consumos de substituição e outra ajudas possíveis. Recorda ter sido um grande trabalho efetuado e que agora, se estará novamente num período difícil, que requer uma atenção redobrada, em que a CIM, deverá ter um trabalho transversal com outras entidades/municípios, na abordagem desta matéria. Enuncia outros desafios, que para além de uma população a envelhecer, existe uma população a chegar, referindo-se ao acolhimento dos imigrantes, sendo gritante, o trabalho que exigirá de cada município, dentro das suas competências, o trabalho para a Segurança Social e para as escolas. É de conhecimento geral, a chegada de imigrantes de vários países, alguns com grande capacidade de integração na sociedade, sobretudo a comunidade brasileira, com mais aproximação ao nosso povo, com uma semelhança linguística, que também facilita a comunicação, enquanto outras situações se tornam mais difíceis, nomeadamente pessoas que vêm do Bangladesh, Paquistão, Índia entre outros, que quando se pensa num processo de inclusão bem conseguido é difícil de acontecer, exigindo um esforço maior e mais cauteloso. Esta esta CIM alertada, para além do documento a estabilizar e apresentado para aprovação, em ter uma capacidade de gerar algum trabalho articulado, para prevenir situações delicadas que se possam verificar. Salientando a importância de ajuda necessária, para que estas comunidades tenham qualidade de vida neste território, sendo uma área muito importante que desafia a saúde, a educação e a habitação. No que se refere à habitação, dever-se-á manter um trabalho articulado, com e entre os municípios para se encontrarem soluções. Como apresentado são vários os desafios, para além da questão da terceira idade, a serem desenvolvidos. O instrumento de trabalho apresentado, permitirá a abordagem a todas estas matérias e exigirá uma capacidade de atualização, com alguma frequência, porque se no passado, o contexto social mudou muito rapidamente, atualmente a velocidade de alteração de comportamentos e contextos sociais é bastante maior. -----

O Presidente da Mesa agradece a intervenção do Presidente. Cede a palavra ao Primeiro Secretário. Bruno Caldas - Sobre a questão apresentada pelo membro Celestino Ribeiro, quanto à vigência do Plano, informa que os quatro anos de vigência, serão contados a partir da data da aprovação em Assembleia Intermunicipal. -----

O Presidente da Mesa realça a informação apresentada. É posto a aprovação o ponto **3. Plano de Desenvolvimento Social do Alto Minho e Carta Social Intermunicipal**, num universo de 26 membros que votaram, obteve-se o seguinte resultado: 26 votos a favor, 0 abstenções e 0 votos contra, aprovado por unanimidade dos presentes. (Doc. 14/2023 e Doc.- 15/2023) -----



---O Presidente da Mesa, comunica o término dos trabalhos desta sessão, dando nota, do comunicado inicialmente e para que fique completa a informação sobre duas ausências, já contempladas no texto descrito no início da presente ata. -----

Solicita a atenção para a leitura e aprovação da Ata em Minuta, solicitando à Vice-Presidente, Margarida Vasconcelos a apresentação do resumo dos assuntos desta sessão. -----

Margarida Vasconcelos – Cumprimenta toda a Assembleia e passa a referir os três pontos do Período da Ordem do Dia, em virtude de ser uma reunião extraordinária, ponto 1. Apreciação e Votação do Relatório de Gestão e Contas Consolidadas referente ao ano de 2022, colocado a votação, num universo de 25 membros presentes que votaram, foi aprovado por unanimidade. De seguida o ponto 2. **2ª Revisão do Orçamento de 2023** colocado a votação, foi também aprovado por unanimidade, num universo de 25 membros presentes. Por último o ponto 3. **Plano de Desenvolvimento Social do Alto Minho e Carta Social Intermunicipal**, procedeu-se à apreciação e votação do Plano e Carta, num universo de 26 membros que votaram, verificou-se igualmente a aprovação por unanimidade dos presentes. Todas as deliberações antecedentes, lidas em voz alta, foram aprovadas em minuta, para que possam produzir efeitos imediatos. -----

O Presidente da Mesa retoma a palavra e põe a votação a aprovação da Ata Em Minuta, num universo de 26 membros, o resultado da votação foi de: 26 votos a favor, 0 abstenções e 0 voto contra, sendo assim, aprovada a Ata em Minuta por unanimidade dos presentes. -----

O Presidente da Mesa agradece a presença dos Presidentes de Ponte de Lima, Viana do Castelo, Caminha, ao anfitrião de Ponte da Barca, Augusto Marinho e ao Presidente da Câmara de Melgaço e também Presidente da CIM do Alto Minho, assim como a todos os membros da Assembleia Intermunicipal, desejando um bom regresso a casa e votos de bom trabalho e/ou férias conforme os casos. Agradece a presença a todos despedindo-se até á sessão seguinte provavelmente em novembro. -----

Os trabalhos foram encerrados pelas dezanove horas e vinte e cinco minutos, dos quais, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada no próximo plenário, será assinada pelos Membros da Mesa e por mim, Fátima Alexandra Faria da Costa, que a redigi. -----

Ponte da Barca, 23 de junho de 2023. -----

M  
A  
F



O Presidente da Assembleia

Alberto Luís Oliveira Vilas

A Vice-Presidente da Assembleia

Margarida de Fátima Gomes Vasconcelos

O Secretário da Assembleia

Abel Nunes Lopes

Fátima Alexandra Faria da Costa